



OF. Nº 639/2023

Linhares, 25 de abril de 2023.

Ao Comitê Interfederativo – CIF  
Ao Ilustríssimo Senhor Presidente Rodrigo Agostinho

**ASSUNTO: Resposta a Impugnação à Deliberação CIF nº 667 - Plano de Ação em Saúde do município de Linhares/ES**

Através da Deliberação CIF nº 667 este Comitê notificou a Fundação Renova quanto ao descumprimento da Deliberação CIF nº 646/2022, que determinava o início efetivo da execução do Plano de Ação em Saúde de Linhares/ES, doravante denominado PAS Linhares.

Em resposta a Fundação Renova apresentou impugnação a referida Deliberação, alegando para tanto descumprimento de cláusulas do Termo de Transação de Ajuste de Conduta (TTAC).

Tais alegações não merecem prosperar pelas razões e fatos que se seguem.

Aduz a Fundação Renova que o PAS Linhares não foi elaborado conforme preconiza o TTAC em suas Cláusulas 05 e 06, que prevê o rito para desenvolvimento dos PROJETOS e PROGRAMAS previstos no acordo.

Contudo, é insta frisar que o TTAC, ao tratar especificamente do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, assim determina:

***“CLÁUSULA 110: As ações previstas neste programa de apoio à saúde deverão ser mantidas pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da assinatura do presente Acordo.”***



Da simples leitura da Cláusula acima compreende que não teve o acordo a vontade de que as ações previstas fossem vinculadas a realização de estudos, uma vez que a Cláusula 111, parágrafo terceiro, prevê a manutenção dos estudos pelo prazo de **no mínimo 10 anos.**

Por outro lado, o TTAC prevê que as ações do programa de apoio à saúde deveriam ser implementadas e mantidas pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da assinatura do acordo, demonstrando assim, que as ações do programa de saúde não estariam vinculadas aos estudos epidemiológicos.

Quanto a elaboração do PAS de Linhares foi observada a Nota Técnica 62/2022, bem como do TTAC, que prevê a participação dos atingidos, através de sua comissão, na elaboração do mesmo.

As ações solicitadas foram eleitas com base nas principais queixas dos atingidos, visto que, ainda que não haja estudos epidemiológicos, essas demandas chegam ao sistema de saúde, visto que a população atingida teme por sua saúde em razão da possibilidade de exposição ao material ligado ao desastre, o que sobrecarrega o sistema de saúde público.

No que toca ao estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), o estudo foi realizado e o entregue ao Município, onde identifica claramente contaminação da calha do rio Doce, das águas subterrâneas e do solo.

O estudo em si não encontra judicializado, conforme alegado pela Renova, mas somente sua devolutiva a população.

Dessa forma, pugnamos pela aplicação da multa, uma vez que o plano foi aprovado pelo sistema CIF atendendo os tramites estabelecido pela Deliberação e Notas Técnicas.

Atenciosamente,



**SONIA MARIA DALMOLIM DE SOUZA**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LINHARES - ES